

Economia - Brasil

A mensagem de agosto

RECORDE na história brasileira, ducha de água gelada nas boas intenções saneadoras da Nova República e nas expectativas confiantes da opinião pública nacional e internacional, a inflação de agosto pode servir, entretanto, para cobrar de uma vez por todas ao Governo uma resposta de política econômico-financeira à altura dos compromissos devidos aos interesses do País e ao respeito pelos sacrifícios do povo.

O POVO brasileiro não merece isso", reagiu o Ministro Dílson Funaro diante do índice de 14 por cento, ao mesmo tempo em que prometia trabalhar 24 horas por dia para promover a reversão inflacionária. Expressa assim o novo Ministro da Fazenda um sentimento que ultrapassa os limites científicos, técnicos e tecnocráticos da economia para assumir a configuração de uma batalha de sobrevivência social interna, sem cujo êxito também não nos restará espaço externo de sustentação.

É VERDADE que as hipóteses de um novo surto de descontrole inflacionário, logo que viesse o relaxamento no sistema de controle de preços industriais e públicos, já estavam colocadas na mesa. Imaginava-se, entretanto, que os demais mecanismos da estratégia econômica oficial pudesssem de alguma forma evitar esse desfecho. Afinal, não faria sentido a busca de uma vitória exclusivamente psicológica sobre os preços, deixando-se as causas do processo perturbador em condições de voltarem a produzir, pouco mais adiante, as suas terríveis consequências.

MAIS uma vez, porém, assistimos ao espetáculo da consagração do óbvio. O que aconteceu no fatídico mês de agosto, em ma-

téria de inflação, parece uma cena apenas transplantada do ambiente da Velha para a Nova República. Nada tem a ver com tudo o que foi programado e anunciado nos meses anteriores do Governo Sarney. Dir-se-ia que um corpo estranho se introduziu, sem qualquer aviso ou suspeita, no organismo da economia brasileira.

TODAVIA quem apostava no óbvio sabia com segurança o que estava vendo e dizendo. Ao representante dos preços não se seguiu a redução do déficit público nas proporções desejáveis. Certas fórmulas aparentemente engenhosas, como a da mudança do cálculo da correção monetária, apoiam-se em última análise no aleatório, e trazem em si o germe latente e perigoso da reviravolta. As atividades produtivas continuaram à míngua da dosagem necessária de investimentos, enquanto a economia-papel e os rendimentos do mercado invisível ou paralelo mantinham a sua poderosa força de atração sobre as opções da poupança disponível.

RECONHEÇAMOS, em todo caso, que o Governo não demorou a demonstrar sensibilidade para o desastre. Curiosamente, a crise que derrubou o Ministro Dornelles e os dirigentes do Banco Central não refletiu uma apropriada identificação de culpas no recrudescimento do processo inflacionário, pois as teses insistentes de Francisco Dornelles voltavam-se precisamente para o imperativo e a urgência de medidas mais severas de ataque às matrizes da inflação, e ninguém ignora os seus sinais de alerta relativos à explosão da base monetária, ao descomodimento das pressões salariais a partir das exercidas no âmbito das empresas públicas, à insuficiência dos cortes

processados nos gastos governamentais etc. Mas o Presidente José Sarney, por sua vez, não adotou a posição de quem se serviria do afastamento do Ministro para seguir o desimpedido caminho da alternativa oposta. Observe-se que a linguagem dos seus últimos pronunciamentos aponta para propostas, métodos e objetivos que o ex-titular da Fazenda subscreveria sem hesitação.

A INFLAÇÃO brasileira já está de há muito vacinada contra panacéias. É bom que vejamos o Ministro Dílson Funaro mergulhado na busca de medidas antiinflacionárias que vão desde o congelamento dos preços de varejo de uma cesta básica de cem produtos, principalmente os alimentícios, passam pelos acordos com os banqueiros e os empresários dos supermercados, prosseguem com o "acompanhamento rigorosíssimo" dos preços industriais, prevêem a colocação mais ágil de produtos agrícolas dos estoques governamentais nas áreas de maior pressão dos preços, autorizam a importação de diversos gêneros (carne, arroz, óleo de soja, batata) sujeitos a impactos alistas e manobras especulativas etc.

ENTRETANTO, melhor ainda será se os administradores da crise econômico-financeira conseguirem sair do círculo de ferro das medidas de emergência para o campo nítido e desassombrado das soluções de fundo. Aliados da crise, sob a forma da contemporização, é que não podemos permanecer. Que nos baste o recorde de agosto e que os 14 por cento pelo menos iluminem o caminho por onde deve transitar, em busca do fim do túnel, o nosso senso de seriedade e de responsabilidade.